

Intervenção “O Voluntariado”
Isabel Jonet

Conferência "Compromisso Cívico para a Inclusão"
Santarém, 14 de Abril de 2007

O relevo atribuído pelo Senhor Presidente da Republica ao combate à exclusão social e à capacidade de intervenção da sociedade civil e do voluntariado na luta contra a pobreza é muito gratificante para todos quantos optaram por dedicar parte da sua vida ao bem comum.. Deles permito-me salientar os numerosísimos voluntários que, por esse país fora, diariamente se entregam de alma e coração a ajudar pessoas menos afortunadas, a minorar sofrimentos e penas, tantas vezes trabalhando em condições muito difíceis.

Venho aqui partilhar um pouco daquilo que tem sido a minha experiência nos últimos catorze anos e a razão porque creio que cabe à sociedade civil um papel insubstituível no exercício da solidariedade.

Vivemos numa sociedade que desperdiça muitas das suas riquezas e dos seus valores já que a abundância dos seus bens lhe faz esquecer a importância de cada pequeno elemento e a forma como deve ser otimizado para o bem comum.

Acredito que uma das razões da manutenção da pobreza é esta insustentável perda de valores que impera nas sociedades actuais. A sociedade deixou de ter como principal ambição permitir que cada cidadão desenvolva todas as suas capacidades e talentos, todas as suas riquezas interiores para as acrescentar ao capital colectivo com vista ao bem comum. O individualismo engendra a ausência total do reconhecimento do valor dos mais fracos. As medidas sociais não terão qualquer resultado em matéria de erradicação da pobreza enquanto o Homem não for o valor de referência do progresso económico.

Mas muitas pessoas carenciadas há, que estão fora da vida activa por variadíssimas razões, nomeadamente a idade, a doença, a falta de qualificações, mas também a falta de uma oportunidade.

Essas pessoas têm de ser ajudadas de uma forma diferente, estando a sociedade civil muito mais apta e vocacionada para o fazer do que o Estado dada a sua proximidade e calor humano.

O progresso das sociedades contemporâneas está marcado pelos modelos económico-sociais que as orientam. A prossecução do objectivo do “crescimento económico” nem sempre toma em consideração a forma de solucionar o agravamento das desigualdades sociais que muitas vezes o próprio modelo promove.

Com efeito, o crescimento económico, sendo embora positivo e indispensável em termos gerais, tem contribuído para acentuar as desigualdades entre ricos e pobres. Os números são impressionantes, são conhecidos, mas nem por isso sempre suficientemente divulgados: um terço da população mundial sustenta-se com menos de 2 dólares por dia; nos países industrializados mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, mais de 5 milhões de pessoas não têm abrigo e 37 milhões de pessoas não têm emprego, enquanto que, se olharmos para os países em vias de desenvolvimento, esses números se agravam de forma ainda mais conflagradora.

Em Portugal, por exemplo, estima-se que 20% da população vive abaixo do rendimento mínimo.

A agravar o cenário, o actual modelo de crescimento porventura excessivamente “economicista”, não influencia apenas as relações empresariais, prejudica também as relações humanas. Hoje em dia tudo tem um preço, tudo se compra e se vende: quantas vezes não oferecemos dinheiro aos nossos filhos pequenos para fazerem pequenos trabalhos domésticos? Ora, é óbvio que o individualismo e o materialismo geram mais pobreza, mais exclusão, mais desigualdades. Só a solidariedade, a disponibilidade para os outros, permitem contrariar e atenuar muitas das consequências perversas deste sistema.

Durante anos acreditou-se que o Estado tinha capacidade para resolver de forma centralizada todos os problemas; o Estado chegava a tudo, resolvia tudo. Acreditava-se piamente no “welfare state”. Em muitos países sociais-democratas europeus, nomeadamente na Alemanha e na Suécia, este modelo vigora ainda, embora se lhe aponte uma falência inevitável. Reconhece-se hoje em dia, que é imprescindível uma intervenção da sociedade civil.

As Instituições particulares de solidariedade social assumem um papel preponderante na área social. Ora estas instituições, dado que não procuram o lucro, defrontam-se com dificuldades financeiras e dispõem normalmente de fracos recursos para atingir os objectivos que se propõem. É assim indispensável o recurso à sociedade civil e ao trabalho voluntário disponibilizado por pessoas e empresas.

O trabalho voluntário caracteriza-se por um conjunto de valores, o primeiro dos quais, e que o distingue dos outros, é a gratuidade. Acrescem a solidariedade, a participação, a responsabilidade. O senso comum muitas vezes associa-lhe ainda valores como “serviço”, “disponibilidade”, “dedicação”.

Ser voluntário não é só ajudar uma pessoa menos favorecida: é muito mais do que isso. É estar envolvido como participante em acções concretas; é um modo de estar na vida, no qual a participação activa e responsável nas diversas estruturas da sociedade é um imperativo de cidadania; é exercício de civismo e de co-responsabilidade pelo bem comum.

O voluntariado tradicional, embora muito importante, perdeu alguma da sua expressão. Vivemos tempos mais exigentes em que este tipo de trabalho passou a ter de estar integrado em actividades organizadas; os voluntários passaram a ter de se assumir como agentes ou promotores de desenvolvimento em conjunto com outras entidades.

Vivem-se actualmente tempos muito difíceis sobretudo nas grandes zonas urbanas. É nestas que se situam as principais bolsas de pobreza. As pessoas deixaram de ter tempo e disponibilidade para os outros. Basta ver quantos são os idosos abandonados pelas próprias famílias, vítimas do egoísmo dos mais novos; quantos são os casos de pobreza envergonhada; quantas são as crianças sózinhas, entregues a elas próprias e aos perigos da rua. Nos novos bairros de realojamento escasseiam os apoios comunitários, as estruturas sociais de apoio não existem ou estão deficientemente organizadas.

A solidariedade é uma realidade que se torna visível a partir de acções concretas de um grupo de pessoas empenhadas. Mas é actualmente exigida às instituições de solidariedade uma contrapartida de profissionalismo, de eficácia. Ora, existe uma grande dificuldade em conciliar exigência de eficácia e profissionalismo com a lógica do voluntariado: disponibilidade pessoal, compromisso.

O projecto da ENTRAJUDA nasceu precisamente nessa lógica: dotar as Instituições de solidariedade social - que revestem um papel insubstituível, já que são muitas vezes os únicos apoios para determinadas situações – com uma estrutura de organização e gestão eficiente que lhes permita promover de facto a inclusão e não perpetuar situações de pobreza, exclusão e dependência recorrendo a pessoas e empresas que voluntariamente querem intervir, querem desempenhar um papel activo.

Defendemos a aplicação nas instituições de solidariedade de critérios de gestão semelhantes aos das empresas. E para isso esperamos dos Voluntários um desempenho profissional. A ENTRAJUDA e o Banco Alimentar Contra a Fome são bons exemplo de que, se devidamente estruturada, a intervenção da sociedade civil pode ter um resultado muito positivo para o bem comum. Cada pessoa dá em função da sua vontade, da sua disponibilidade. Mas existe um efeito multiplicador sempre que a acção da sociedade civil, reunida se organiza de uma forma estruturada e coordenada, gerando resultados muito superiores aqueles que seriam obtidos se cada um dos agentes da solidariedade resolvesse agir isoladamente. O importante é o comprometimento e a assumpção de que cada um de nós pode fazer a diferença com a sua forma de estar na vida e com as suas opções.

A Bolsa do Voluntariado da ENTRAJUDA é um exemplo claro da vontade de intervir, de promover o bem comum. O site na internet foi para o ar no dia internacional do Voluntariado (em 5 de Dezembro passado) e ao cabo de 4 meses inscreveram-se mais de 2800 pessoas e de 300 instituições e organizações. Muitas delas puderam já “recrutar” voluntários qualificados que as auxiliam já a executar com profissionalismo e vontade tarefas imprescindíveis que pareciam impossíveis de realizar. Cito a título de exemplo o caso de um arquitecto que elaborou o Plano de Emergência de uma instituição, diversos informáticos que desenvolveram aplicações

à medida, professores e estudantes universitários que se disponibilizaram para apoiar crianças com dificuldades escolares ou os mais de 130 dentistas que se disponibilizaram para atender voluntariamente, durante o seu horário de consultas, crianças e jovens carenciados e 50 higienistas orais que os despertam para a importância da higiene oral. Uma boca sem dentes ou com dentes estragados, aliada a escassez de qualificações é obviamente motivo de exclusão social e de dificuldade em obter um emprego.

Este é um bom exemplo, que julgo vale a pena sublinhar neste contexto. Porque confirma que existe oferta e procura, que apenas esperam uma oportunidade estruturada para se encontrarem. Porque prova que, afinal, contrariando o que muitos pensam e defendem, existe também na sociedade portuguesa um potencial inesperado de solidariedade voluntária pronta a ser correctamente canalizada.

Vou acabar com uma citação da Madre Teresa de Calcutá, essa santa que dedicou toda a sua vida aos indigentes. Dizia ela que “tudo o que não se dá perde-se”. E no mundo em que vivemos faz pena permitirmos que se perca o que quer que seja.